



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 271/XII/ 4.^a SL

Aos 15 dias do mês de julho de 2015, pelas 16:00 horas, reuniu a Comissão de Economia e Obras Públicas, na sala 2 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação da ata n.º 269/XII, relativa à reunião de 9 de julho de 2015
2. Nova apreciação do Projeto de Lei n.º 514/XII/3.^a (BE) – “Estabelece que a taxa municipal de direitos de passagem passa a ser paga diretamente pelas operadoras de comunicações eletrónicas e prevê sanções para o incumprimento (nona alteração à Lei das Comunicações Eletrónicas, Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro)” e do Projeto de Lei n.º 539/XII/3.^a (PCP) – “Altera a Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro (Lei das Comunicações Eletrónicas), impedindo a penalização dos consumidores pela TMDP - taxa municipal de direitos de passagem.”
3. Apreciação e votação na especialidade da Proposta de Lei n.º 336/XII/4.^a (GOV) – “Procede à décima oitava alteração ao Código da Estrada, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 114/94, de 3 de maio”
4. Apreciação e votação na especialidade da Proposta de Lei n.º 341/XII/4.^a (GOV) – “Procede à primeira alteração à Lei n.º 35/2012, de 23 de agosto, que procede à criação do fundo compensação do serviço universal de comunicações eletrónicas previsto na Lei das Comunicações Eletrónicas, destinado ao financiamento dos custos líquidos decorrentes da prestação do serviço universal”
5. Discussão em Comissão dos Projetos de Resolução n.º 1270/XII/4.^a (PCP) – “Por uma solução rápida e definitiva para o problema do IP8 e do IP2 e por garantias de intervenção na rede rodoviária do distrito de Beja”

COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 271/XII/ 4.^a SL

6. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 1122/XII/4.^a (PCP) – “Propõe a extinção da Empresa Metro Mondego, modernização e eletrificação da linha do Ramal da Lousã e melhoria dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra”
7. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 1528/XII/4.^a (PCP) – “Contra as portagens na A23”
8. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 1582/XII/4.^a (BE) – “Recomenda ao Governo a anulação da subconcessão e a contratação de 120 novos motoristas para a empresa de transportes coletivos do Porto, STCP”
9. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 1558/XII/4.^a (PCP) – “Recomenda ao Governo a implementação das recomendações e conclusões relativas ao aeroporto de Beja saídas do grupo de trabalho criado pelo Governo para o efeito”
10. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 1021/XII/3.^a (PCP) – “Sobre o sector da Assistência em Escala (Handling) no transporte aéreo”
11. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 1559/XII/4.^a (PCP) – “Pela reposição dos descontos aos reformados e estudantes nos transportes públicos”
12. Apreciação das informações sobre a discussão em Comissão dos seguintes Projetos de Resolução:
 - n.º 1236/XII/4.^a (PCP) – “Plano Imediato de Intervenção Económica e Social para o Alentejo”
 - n.º 1030/XII/3.^a (BE) – “Revitalização da linha do Vouga entre Espinho e Aveiro”
 - n.º 1503/XII/4.^a (BE) – “Restitui o direito ao transporte aos trabalhadores ferroviários e suas famílias” e n.º 1557/XII/4.^a (PCP) – “Pela reposição do direito dos ferroviários às concessões de transportes”

COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 271/XII/ 4.ª SL

- n.º 1272/XII/4.ª (PCP) – “Por emprego de qualidade no turismo”
- n.º 1504/XII/4.ª (BE) – “Requalificação e reabertura da linha do Tâmega”
- n.º 1530/XII/4.ª (PSD/CDS-PP) – “Recomenda o Governo que o seguro escolar abranja os alunos que se desloquem em velocípedes sem motor (bicicletas)”

13. Fixação da redação final relativa à Proposta de Lei n.º 330/XII/4.ª (GOV) – “Aprova o regime jurídico da ourivesaria e das contrastarias”

14. Outros assuntos

1. Apreciação e votação da ata n.º 269/XII, relativa à reunião de 9 de julho de 2015

Submetida a votação, foi a ata n.º 269/XII/4.ª, relativa à reunião de 9 de julho de 2015, aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

2. Nova apreciação do Projeto de Lei n.º 514/XII/3.ª (BE) – “Estabelece que a taxa municipal de direitos de passagem passa a ser paga diretamente pelas operadoras de comunicações eletrónicas e prevê sanções para o incumprimento (nona alteração à Lei das Comunicações Eletrónicas, Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro)” e do Projeto de Lei n.º 539/XII/3.ª (PCP) – “Altera a Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro (Lei das Comunicações Eletrónicas), impedindo a penalização dos consumidores pela TMDP - taxa municipal de direitos de passagem.”

Iniciada a nova apreciação dos dois projetos de lei, o Senhor Deputado Carlos São Martinho (PSD) usou da palavra para apresentar uma proposta de alteração ao artigo 106.º da Lei n.º 5/2004.

COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 271/XII/ 4.^a SL

Intervieram os Senhores Deputados Helena Pinto (BE), para se congratular com a solução encontrada e considerar que esta proposta representava um avanço em relação à situação atual; Bruno Dias (PCP), para considerar que a proposta apresentada pelos partidos da maioria, não sendo igual à formulação defendida pelo PCP, era de valorizar, e realçar o processo que levou a esta solução, sendo que ainda havia muito trabalho a fazer, em futuras alterações; Paulo Campos (PS), para afirmar que a matéria era complexa e havia aqui 3 interesses divergentes em presença (o dos operadores, o dos municípios e o dos consumidores) e considerar que não ficava claro qual eram os verdadeiros beneficiários desta proposta, uma vez que se continuava a viabilizar que o custo fosse o máximo e não se incentivava os municípios a não aplicar a taxa municipal de direitos de passagem de valor máximo; e João Paulo Viegas (CDS-PP), para lembrar os trabalhos havidos a este propósito ao longo da legislatura, e para afirmar que se em muitos municípios não é cobrada taxa municipal de direitos de passagem era porque estes sabiam que ela ia ser repercutida nos consumidores. Concluiu o Senhor Deputado Carlos São Martinho (PSD), afirmando que atualmente os consumidores pagam, de certeza, esta taxa e, com esta legislação, podem pagar ou não.

Procedeu-se de seguida à votação indiciária destas iniciativas e da proposta de alteração apresentada, que decorreu nos termos do [relatório de votação indiciária](#) disponível na página das iniciativas.

3. Apreciação e votação na especialidade da Proposta de Lei n.º 336/XII/4.^a (GOV) – “Procede à décima oitava alteração ao Código da Estrada, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 114/94, de 3 de maio”

Procedeu-se então à apreciação e votação na especialidade da Proposta de Lei n.º 336/XII/4.^a, a qual decorreu nos termos do [relatório de votações](#) que se encontra disponível na página desta iniciativa legislativa na Internet.

4. Apreciação e votação na especialidade da Proposta de Lei n.º 341/XII/4.^a (GOV) – “Procede à primeira alteração à Lei n.º 35/2012, de 23 de agosto, que procede à criação do fundo compensação do serviço universal de

COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 271/XII/ 4.ª SL

comunicações eletrónicas previsto na Lei das Comunicações Eletrónicas, destinado ao financiamento dos custos líquidos decorrentes da prestação do serviço universal”

No âmbito da apreciação e votação desta iniciativa, usou da palavra o Senhor Deputado Nuno Matias (PSD), para sugerir que, uma vez que não tinham sido apresentadas propostas de alteração, se fizesse a votação na especialidade em bloco.

Os grupos parlamentares do PS e do PCP expressaram concordância com esta sugestão, solicitando que se autonomizasse apenas a votação do artigo 3.º da proposta de lei.

A votação na especialidade desta iniciativa legislativa ocorreu nos termos do [relatório de votações](#), disponível na página da proposta de lei na Internet.

5. Discussão em Comissão dos Projetos de Resolução n.º 1270/XII/4ª (PCP) – “Por uma solução rápida e definitiva para o problema do IP8 e do IP2 e por garantias de intervenção na rede rodoviária do distrito de Beja”

De seguida, o Senhor Presidente deu a palavra ao Senhor Deputado João Ramos (PCP), que apresentou o projeto de resolução n.º 1270/XII/4.ª, tendo destacado a degradação da rede viária do distrito de Beja, o facto de haver um conjunto de itinerários principais (IP) e complementares (IC) que nunca foram construídos e de o IP2, o IP8 e o IC4 estarem previstos no Plano Rodoviário Nacional, há 30 anos, e ainda não estarem construídos. Referiu também o IC27, que estava previsto no mesmo Plano há 17 anos, tinha sido iniciado no Algarve e ainda não estava construído na região do Alentejo, e frisou que o distrito de Beja não tinha um IP ou IC que o servisse, apesar de ser o mais extenso do país. Concluiu dando conta dos termos resolutivos desta iniciativa.

Usaram da palavra, a este propósito, os Senhores Deputados Nuno Matias (PSD), Paulo Campos (PS) e Helena Pinto (BE).

COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 271/XII/ 4.ª SL

Pelo Senhor Deputado Nuno Matias (PSD) foi afirmado que o tema era recorrente e que também o PSD estava preocupado com a requalificação do IP8 e do IP2, mas saudava o início da intervenção, que podia não ser a que estava projetada inicialmente, mas correspondia a uma solução equilibrada que se estava a desenvolver para este problema.

O Senhor Deputado Paulo Campos (PS) referiu que tema já tinha sido debatido várias vezes na Comissão e evidenciava o que tinham sido os quatro anos de política do Governo nesta área. Afirmou serem conhecidos os compromissos assumidos pelos diferentes partidos quanto a esta matéria e deu conta do processo relativo à ligação do IP8 até à fronteira e Vila Verde de Ficalho, até ao momento em que, em 2011, o atual Governo suspendeu essas obras, o que coincidiu com uma suspensão prévia por parte do concessionário e implica que o Governo desresponsabilizasse o operador privado em relação ao contrato que tinha assinado. Em consequência, afirmou, a sinistralidade rodoviária nestas vias aumentou significativamente. Concluiu, afirmando que o seu partido se associava ao projeto de resolução quanto ao seu ponto essencial, que era a de que esta obra tem de ser resolvido, em prol do interesse público e dos habitantes do distrito de Beja.

Pela Senhora Deputada Helena Pinto (BE) foi referido que este problema era já antigo e quem viajava pelo Alentejo iria deparar-se com estradas em avançado estado de degradação. Afirmou que nesta legislatura nada foi feito a este respeito. Concluiu, defendendo a necessidade de se fazer uma avaliação dos custos e dos pontos de equilíbrio deste tipo de obras públicas.

Finalmente, o Senhor Deputado João Ramos (PCP) reiterou que o distrito de Beja não tinha nenhum IP ou IC construído e que o facto de existirem agora algumas movimentações não deixavam o PCP e as populações daquela região descansados, porque o mesmo se tinha verificado antes das últimas eleições legislativas e depois as obras tinham sido suspensas. Concluiu afirmando que o concessionário poderia ter tido dificuldades internas mas o Governo anterior tinha-o avaliado e considerado que tinha capacidade para fazer a obra e o atual Governo nada tinha feito em quatro anos.

COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 271/XII/ 4.ª SL

**6. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 1122/XII/4.ª (PCP)
– “Propõe a extinção da Empresa Metro Mondego, modernização e
eletrificação da linha do Ramal da Lousã e melhoria dos Serviços
Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra”**

O Senhor Presidente deu a palavra à Senhora Deputada Rita Rato (PCP), que apresentou o projeto de resolução nos seus termos, frisando os termos resolutivos do mesmo. Fez referência ao relatório do Tribunal de Contas no âmbito da auditoria à empresa Metro Mondego, aos impactos e consequências da opção política de ter destruído a linha do ramal da Lousã e ter aceitado um projeto que considerou desadequado face à geografia da região e aos impactos que teve nas populações. Afirmou que o PCP sempre se opôs a esta opção, que não se adequa às características da linha e às necessidades dos utentes, por ser mais caro, aumentar o tempo de transporte, sem capacidade de transporte de mercadorias e sem ligação à rede ferroviária nacional. Referiu o abandono do projeto, depois de em 2010 terem sido arrancados os carris, o seu impacto para as populações e defendeu a reposição dos carris e eletrificação urgente da linha. Concluiu, afirmando também que o projeto Metro Mondego tinha sido construído “de costas voltadas” para os SMTUC (Serviço Municipalizado de Transportes Urbanos de Coimbra), o que colocava em causa a necessidade de salvaguarda dos interesses dos utentes.

Usaram da palavra a este propósito os Senhores Deputados Nuno Encarnação (PSD), Paulo Campos (PS) e Hélder Amaral (CDS-PP).

O Senhor Deputado Nuno Encarnação (PSD) referiu que o PSD tinha preocupação com esta questão e tem acompanhado este processo. Afirmou que a linha tinha sido destruída pelo Governo que levantou os carris, que tinha sido o anterior, e este estava a tentar resolver o problema. Referiu também que não era extinguindo a sociedade Metro Mondego que se resolvia o problema. Precisou também que os SMTUC são propriedade da Câmara Municipal de Coimbra, mas esta tem também participação na Metro Mondego, pelo que a Câmara Municipal está nos dois processos com interesse comum.

COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 271/XII/ 4.^a SL

Pelo Senhor Deputado Paulo Campos (PS) foi afirmado que este tema repetia também a matriz dos últimos quatro anos: paragem, suspensão, encerramento. Argumentou também que de tudo o que tinha sido dito em campanha eleitoral nada tinha sido feito nestes quatro anos em relação a esta infraestrutura.

O Senhor Deputado Hélder Amaral (CDS-PP) fez referência às perguntas feitas à tutela sobre este assunto e às respostas dadas por esta. Afirmou não haver ainda solução visível para o Metro Mondego, mas este Governo sempre tinha assumido que o projeto não era sustentável e estava em conversações com os municípios da região. Concluiu, afirmando que não acompanhava esta iniciativa legislativa porque o Governo tinha já respondido às perguntas colocadas e estava a estudar uma solução.

Encerrou a discussão a Senhora Deputada Rita Rato (PCP), reafirmando que o PCP desde o início se tinha oposto à solução de metro ligeiro, porque era incompatível com a orografia do terreno e com o desenvolvimento do transporte de mercadorias. Reiterou a proposta de extinção da Metro Mondego, devido à existência de um processo de investigação no DCIAP de Coimbra quanto à utilização de valores da empresa para despesas pessoais. Concluiu que, independentemente de o Governo atual não ter encontrado solução para este problema, apesar de afirmações em contrário de Deputados do PSD eleitos por Coimbra, a verdade era que as populações tinham sido profundamente prejudicadas.

7. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 1528/XII/4.^a (PCP)

– “Contra as portagens na A23”

O Senhor Deputado António Filipe (PCP) apresentou o projeto de resolução, alertando para o desenvolvimento mais recente na questão das portagens na A23 que tem a ver com o anúncio da concessão a privados das portagens do troço entre o Entroncamento e Abrantes, que está neste momento sob a responsabilidade da Infraestruturas de Portugal. Reiterou que a A23 tinha sido construída em perfil SCUT e que as portagens são muito lesivas para a população servida por esta via, sendo que não há qualquer alternativa à autoestrada. Referiu também a importância da A23 no

COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 271/XII/ 4.^a SL

acesso aos três hospitais da região, que são complementares entre si, sendo os utentes prejudicados adicionalmente pela introdução de portagens.

Usaram da palavra, a este propósito, os Senhores Deputados Hélder Amaral (CDS-PP), Nuno Matias (PSD) e Fernando Serrasqueiro (PS).

O Senhor Deputado Hélder Amaral (CDS-PP) reafirmou o princípio do utilizador/pagador, a necessidade de equilíbrio das contas públicas e as poupanças obtidas com as renegociações das parcerias público-privadas rodoviárias. Afirmou que a fatura era pesada, penalizava contribuintes e populações e o Governo tinha procurado soluções. Considerou o modelo de portagens injusto para todo o país, mas só existia porque o Plano Rodoviário Nacional previa a construção das autoestradas e os benefícios decorrentes da sua existência tinha de ser pago. Reiterou a sua defesa do princípio do utilizador/pagador, defendeu que deveria haver benefícios para aqueles que utilizam as portagens com mais frequência e lembrou que neste ano se iam pagar sete concessões que tinham sido feitas com taxas de juro muito elevadas e que, se calhar, teria sido preferível fazer menos autoestradas e não ter portagens do que fazer tantas e ter de cobrar portagens.

Pelo Senhor Deputado Nuno Matias (PSD) foi afirmado que tema tinha sido corrente ao longo da Legislatura. Lembrou que a rede de autoestradas tinha sido idealizada e realizada com custos associados para os contribuintes que eram desequilibrados, apesar de ser uma das melhores do mundo. Afirmou que a introdução do princípio do utilizador/pagador teve de ser introduzido para minimizar custos. Afirmou que, sendo certo que havia regiões que têm um nível menor de desenvolvimento, as portagens eram uma resposta ao nível de custo associado à rede de infraestruturas. Defendeu também que, assim que for possível, dever-se-ia repensar o regime de aplicação de portagens, o custo associado, com eventuais discriminações positivas.

O Senhor Deputado Fernando Serrasqueiro (PS) argumentou que a A23 tinha sido aprovada ainda antes das parcerias público-privadas, num regime de sem custo para o utilizador. Quando se falou em introduzir portagens, o PS tinha assumido uma posição de que não deveriam ser pagas em regiões mais débeis em termos económicos, tendo

COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 271/XII/ 4.^a SL

em atenção o princípio da solidariedade nacional, e tudo isso se verificava na A23. Aquando da introdução de portagens na A23, por pressão do PSD, o PS tinha defendido um conjunto de descontos para utilizadores da região. Ora, o Governo do PSD acabou com essa discriminação positiva, afirmou, tendo lembrado também declarações do Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações, anunciando novas tarifas que compensavam o fim da discriminação positiva, o que até ao momento não tinha acontecido. Concluiu, afirmando o seu grupo parlamentar não acompanhava todos os pontos deste projeto de resolução.

Finalmente, o Senhor Deputado António Filipe (PCP) encerrou a discussão, afirmando que as posições dos diversos grupos parlamentares ficariam claras aquando da votação desta iniciativa em Plenário.

8. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 1582/XII/4.^a (BE) – “Recomenda ao Governo a anulação da subconcessão e a contratação de 120 novos motoristas para a empresa de transportes coletivos do Porto, STCP”

A Senhora Deputada Helena Pinto (BE) apresentou o Projeto de Resolução n.º 1582/XII (BE) – “Recomenda ao Governo a anulação da subconcessão e a contratação de 120 novos motoristas para a Empresa de Transportes coletivos do porto, STCP”, em torno de três questões fundamentais:

- a necessidade de anular o contrato de subconcessão dos STCP,
- a contratação imediata de 120 motoristas para assegurar os horários, e
- a garantia das condições de segurança dos trabalhadores dos STCP.

Sublinhou a degradação dos serviços prestados pelos STCP: incumprimento de horários e tempo de espera, número de viagens perdidas, aumento do preço dos bilhetes, incumprimento das indemnizações compensatórias, não contratação de motoristas e autocarros imobilizados, em suma, a perda de 30 milhões de passageiros, em 3 anos.

Concluiu que a situação é incomportável para a mobilidade das pessoas na área do Porto e que o Governo devia travar a subconcessão dos STCP.

COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 271/XII/ 4.^a SL

O Senhor Deputado Nuno Matias (PSD) referiu-se à problemática geral dos transportes públicos e aos custos envolvidos, onerando o Orçamento de Estado.

Notou que o Governo pretende devolver sustentabilidade financeira ao setor, sem pôr em causa o serviço às populações.

Sublinhou a necessidade de, com a subconcessão, obter equilíbrio financeiro e economias significativas.

O Senhor Deputado Jorge Machado (PCP) recordou que os STCP têm sofrido acentuada degradação, concordando com a contratação proposta de 120 motoristas para cumprir os horários e garantir a segurança, e criticando o recurso sistemático às horas extraordinárias.

Concordou que é preciso parar o processo de subconcessão, para salvaguarda do património dos STCP.

Discordou do Senhor Deputado Nuno Matias (PSD), considerando tratar-se de negócio lesa-pátria, e criticou a entrega a privados.

Recordou a supressão de carreiras, a subida de preços dos bilhetes e que o PCP apresentara anteriores iniciativas.

Concordou com o Projeto de Resolução do BE e com o Serviço Público de transportes.

O Senhor Deputado Rui Paulo Figueiredo (PS) sublinhou a posição de crítica do processo de subconcessão dos STCP e do Metro do Porto, com alterações dos cadernos de encargos e dos procedimentos, e benefícios ilegítimos aos privados.

Criticou a falta de diálogo do Governo com os autarcas da região, de todos os partidos.

Considerou que este assunto terá que ser revisitado no futuro, à luz dos benefícios para a mobilidade e da racionalidade económico-financeira, e concluiu que o processo não devia ser consumado.

O Senhor Deputado Altino Bessa (CDS/PP) manifestou-se contra o Projeto de Resolução do BE, salientando a poupança de cerca de 178 milhões € com esta medida do Governo e que já houve quatro providências cautelares rejeitadas.

COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 271/XII/ 4.^a SL

Defendeu que o Serviço Público pode ser feito por privados, devidamente contratualizado e regulamentado.

A Senhora Deputada Helena Pinto (BE) concluiu que as posições ficaram claras, criticando, em nome do Serviço Público, as concessões feitas pelos Governos aos privados, sem garantias das obrigações.

Sublinhou a necessidade do Transporte Público com vantagens para a Sociedade de uma boa rede de Transportes Públicos, duvidando das boas contas mencionadas.

**9. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 1558/XII/4.^a (PCP)
– “Recomenda ao Governo a implementação das recomendações e conclusões relativas ao aeroporto de Beja saídas do grupo de trabalho criado pelo Governo para o efeito”**

O Senhor Presidente deu a palavra ao Senhor Deputado João Ramos (PCP), que apresentou brevemente o projeto de resolução, referindo que o grupo de trabalho para a utilização civil do aeroporto de Beja, criado por este Governo, tinha apresentado recomendações sobre a rentabilização desta infraestrutura em setembro de 2012, no relatório que entregou ao Governo, mas até ao momento o Governo nada fez para as aplicar. Concluiu, defendendo que o Governo não podia “meter na gaveta” estas recomendações e devia pugnar para que fossem cumpridas, apesar das declarações do Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações na reunião da Comissão dessa manhã, que afirmou que a utilização do aeroporto tinha passado a ser da responsabilidade da empresa concessionária.

Usaram da palavra, a este propósito, os Senhores Deputados Nuno Matias (PSD), Hélder Amaral (CDS-PP) e Paulo Campos (PS).

Pelo Senhor Deputado Nuno Matias (PSD) foi afirmado que, na audição dessa manhã, tinha ficado claro que não se tinha esquecido as recomendações desse grupo de trabalho e as mesmas tinham sido transmitidas à concessionária, para que fossem integradas na busca de utilizações alternativas do aeroporto de Beja. Concluiu, reiterando que não tinha razões para duvidar que a concessionária estaria a identificar

COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 271/XII/ 4.ª SL

entidades que quisessem utilizar aquele aeroporto para os fins referidos pelo grupo de trabalho.

O Senhor Deputado Hélder Amaral (CDS-PP) lembrou que em 2007 previa-se que o aeroporto de Beja atingisse 179 000 passageiros em 2009 e questionou a base da qual partiu este estudo. Considerou que o aeroporto de Beja era o exemplo claro de como uma economia assente em investimento público como solução para os problemas podia não funcionar, pois tanto o estudo como o aeroporto tinham custado muito dinheiro, sem que houvesse agora qualquer retorno. Concluiu, reconhecendo a reivindicação presente no projeto de resolução, porque considerava a mesma razoável, mas não descortinava que solução se podia dar a este problema.

Por sua vez, o Senhor Deputado Paulo Campos (PS) lembrou que quem tinha anunciado o aeroporto internacional de Beja tinha sido o então Primeiro-Ministro Durão Barroso e que depois o então Primeiro-Ministro Santana Lopes tinha nomeado duas administrações para a empresa de desenvolvimento do aeroporto de Beja. Considerou que a opção de fazer estes estudos e avançar para o aeroporto tinha feito sentido, numa lógica de um país que olha para o seu interior como uma região com oportunidades de desenvolvimento. Prosseguiu, afirmando que nestes quatro anos tinha ficado o exemplo claro do abandono do investimento e desenvolvimento do interior, transferindo o investimento público para o litoral e as suas zonas urbanas. Concluiu que ostracizar esta região, limitando e impedindo que a infraestrutura rodoviária lá chegue, levando ao cancelamento dos investimentos turísticos que estavam previstos, para os quais o aeroporto seria fundamental, conduziu ao problema existentes.

Encerrou esta discussão o Senhor Deputado João Ramos (PCP), afirmando que o transporte de passageiros nunca tinha sido o objetivo principal deste aeroporto e lembrando que havia um modelo de desenvolvimento agrícola que estava associado à necessidade de transporte. Recordando que o aeroporto tinha sido construído com baixo custo, por fazer o aproveitamento de uma infraestrutura militar, referiu que o mesmo teve interessados, mas os dossiers relativos a esse interesse nunca foram desenvolvidos. Reafirmou que a questão não era se se construía ou não o aeroporto,

COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 271/XII/ 4.^a SL

porque ele estava construído, mas, sim, se se rentabilizava ou não essa infraestrutura. Concluiu reiterando que as recomendações apresentadas pelo grupo de trabalho não tinham sido implementadas.

10. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 1021/XII/3.^a (PCP) – “Sobre o sector da Assistência em Escala (Handling) no transporte aéreo”

O Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) apresentou o projeto de resolução em análise, tendo afirmado que existiam dois operadores da assistência em escala: a SPdH/Groundforce e a Portway. Lembrou a experiência concreta que existe num conjunto de países europeus e a pressão exercida sobre os trabalhadores do setor e as empresas fornecedoras deste setor, por causa da atribuição ou não das licenças, tendo referido, a este propósito, a situação que se verificou quanto à escala de Faro, quando esta foi retirada à Groundforce, no quadro da privatização da empresa. Afirmou que com este projeto de resolução, o seu grupo parlamentar estava já a ter em conta o Despacho n.º 14886-A/2013, que determina o alargamento do número mínimo de operadores no Aeroporto de Lisboa, e no qual o Governo fundamenta a sua decisão para esse alargamento em condições, orientações e trabalhos de análise e reflexão no âmbito da União Europeia, sendo que essa fundamentação colide com a realidade, porque em dezembro de 2014 a Comissão Europeia decidiu suspender a liberalização do setor, porque considerava que podia estar em risco a segurança e exequibilidade das operações de assistência em escala com a proliferação de operadores e a repartição de licenças por categorias. Concluiu argumentando que este tipo de atividade não podia ser concebido como um consumidor que em sua casa escolhe por exemplo um operador de telecomunicações, pois com a proliferação de licenças pode comprometer-se a sustentabilidade operacional e a segurança destas operações.

Intervieram, a este respeito, os Senhores Deputados Nuno Matias (PSD), Hélder Amaral (CDS-PP) e Fernando Serrasqueiro (PS).

COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 271/XII/ 4.^a SL

O Senhor Deputado Nuno Matias (PSD) afirmou que este assunto era recorrente e que o PSD não acompanhava o projeto de resolução. Teceu ainda críticas ao ponto 2 do projeto de resolução, defendendo que os reguladores têm um papel forte e independente, não passando por este tipo de relação e determinação do Governo ao INAC, atualmente ANAC, que consta desse ponto. Concluiu reiterando a independência dos reguladores.

Por sua vez, o Senhor Deputado Hélder Amaral (CDS-PP) referiu que não defende que o Governo seja aqui o defensor das empresas privadas, que as regras são claras e constam dos contratos. Percebendo os argumentos da segurança e qualidade de serviço, afirmou que eram esses os objetivos que estavam subjacentes à decisão do Governo, ao permitir que, caso se atingisse 15 milhões de passageiros nos Aeroportos de Lisboa, Porto ou Faro, em três anos consecutivos, se atribuísse licença a mais um operador.

O Senhor Deputado Fernando Serrasqueiro (PS) afirmou compreender o objetivo desta iniciativa, designadamente no que tocava à proteção dos postos de trabalho, tendo em consideração o que se tinha passado em Faro. Defendeu que o problema devia ser resolvido por via da legislação do trabalho, permitindo que os trabalhadores transitem de uma empresa para outra, e não por via do constrangimento da atividade económica.

O Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) encerrou a discussão, defendendo que o *handling* deveria ser reintegrado na TAP, que esta empresa não deveria ser privatizada, tal como o *handling* não deveria tê-lo sido. Referiu ainda que o problema não era apenas laboral, pois havia o risco de degradação dos padrões de qualidade quando se tem ofertas de operadores *à la carte* para cada vertente de atividade. Concluiu, reiterando que, para o PCP, esta era uma questão estrutural e não apenas de licenças.

11. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 1559/XII/4.^a (PCP) – “Pela reposição dos descontos aos reformados e estudantes nos transportes públicos”



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 271/XII/ 4.ª SL

Usou da palavra a Senhora Deputada Rita Rato (PCP), para apresentar o projeto de resolução, tendo considerado que a reposição dos descontos aos reformados e estudantes nos transportes públicos era uma condição essencial à melhoria das condições de vida às populações. Referiu os impactos no dia-a-dia das populações da política do Governo para os transportes, que considerou contribuir para a descredibilização do serviço prestado. Reiterou os termos resolutivos e argumentou ainda que uma família que aufera mais de 503€/mês não usufrui do passe social+, tendo de pagar o título de transporte na sua totalidade, inclusive as crianças, que pagam o mesmo que um adulto.

Intervieram, a este respeito, os Senhores Deputados Paulo Campos (PS), Hélder Amaral (CDS-PP) e Nuno Matias (PSD).

Pelo Senhor Deputado Paulo Campos (PS) foi referido o aumento das tarifas, a diminuição dos passageiros nos transportes públicos e a manutenção de enormes prejuízos, sem que tivesse sido melhorada a disponibilidade da oferta de serviços de transporte público às populações. Concluiu, expressando concordância com o projeto de resolução, considerando que o saldo destes 4 anos foi um desastre para a política de mobilidade e de transporte do país.

Por sua vez, o Senhor Deputado Hélder Amaral (CDS-PP) referiu a dívida das empresas públicas de transportes, o facto de as empresas se queixarem do não pagamento de indemnizações compensatórias e a existência de uma comissão de inquérito aos *swaps* realizados no setor. Afirmou que o Governo podia ser atacado pela solução encontrada mas não por nada ter feito para resolver o problema, porque se tinha comprometido a reestruturar o setor e, no momento atual, a situação financeira das empresas era melhor do que no passado. Argumentou que ter passes sociais que têm como base a condição de recurso era mais justo do que ter como base a condição da idade, pois pretende-se dar acesso ao transporte a quem de facto precisa. Concluiu afirmando que a realidade do INE desmente os autores do projeto de resolução, porque aumentaram os utilizadores dos transportes públicos, com exceção do Metropolitano de Lisboa.

COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 271/XII/ 4.ª SL

O Senhor Deputado Nuno Matias (PSD) afirmou que na visão do PSD a condição de recurso não era a questão etária mas sim a de existência de uma maior dificuldade que leva a que exista um maior apoio, pelo que a solução do passe social + foi uma resposta integrada a uma estratégia para o setor, paralelamente ao repensar dos transportes públicos em função da sua sustentabilidade. Lembrou que em 2011 o passivo acumulado neste sector era de 17000 milhões de euros. Considerou que atualmente o setor estava mais sustentável, com resultados operacionais melhores do que no passado, com um sistema de passe social mais equilibrado, pelo que não fazia sentido repor descontos a estudantes e reformados, porque muitos deles não necessitam desse apoio. Concluiu afirmando que o passe social + foi a resposta possível do sistema.

Finalmente, encerrou a discussão a Senhora Deputada Rita Rato (PCP), afirmando que nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto havia milhares de pessoas que não tinham alternativa aos transportes públicos, porque não podiam ter transporte próprio. Reiterou que os 503€ que determinam a atribuição do passe social + não eram *per capita* mas, sim, o rendimento global da família, pelo que a existência de um salário mínimo no agregado familiar impedia a atribuição do passe social +. Concluiu que só utilizava transportes públicos quem realmente precisava e que atualmente o preço dos transportes públicos era insustentável para a maior parte das famílias portuguesas.

12. Apreciação das informações sobre a discussão em Comissão dos seguintes Projetos de Resolução:

- n.º 1236/XII/4.ª (PCP) – “Plano Imediato de Intervenção Económica e Social para o Alentejo”
- n.º 1030/XII/3.ª (BE) – “Revitalização da linha do Vouga entre Espinho e Aveiro”
- n.º 1503/XII/4ª (BE) – “Restitui o direito ao transporte aos trabalhadores ferroviários e suas famílias” e n.º 1557/XII/4.ª (PCP) – “Pela reposição do direito dos ferroviários às concessões de transportes”
- n.º 1272/XII/4.ª (PCP) – “Por emprego de qualidade no turismo”
- n.º 1504/XII/4.ª (BE) – “Requalificação e reabertura da linha do Tâmega”



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 271/XII/ 4.ª SL

– n.º 1530/XII/4.ª (PSD/CDS-PP) – “Recomenda o Governo que o seguro escolar abranja os alunos que se desloquem em velocípedes sem motor (bicicletas)”

O Senhor Presidente colocou à apreciação as informações relativas à discussão em Comissão das iniciativas em epígrafe. Não tendo havido sugestões de alterações, informou que as mesmas iriam ser enviadas à Senhora Presidente da Assembleia da República, para que os projetos de resolução pudessem ser votados na reunião plenária de 22 de julho.

**13. Fixação da redação final relativa à Proposta de Lei n.º 330/XII/4.ª (GOV)
– “Aprova o regime jurídico da ourivesaria e das contrastarias”**

A redação final relativa à Proposta de Lei n.º 330/XII/4.ª foi fixada sem votos contra, nos termos regimentais, tendo sido aceites as sugestões apresentadas pelo serviço competente.

14. Outros assuntos

O Senhor Presidente informou que tinha sido distribuído aos Senhores Deputados, para conhecimento, o texto conjunto que a CEOP e a CACDLG iriam apresentar ao Plenário da Assembleia da República, relativo aos Projetos de Lei n.º 795/XII/4.ª (PSD/CDS-PP) e 838/XII/4.ª (BE), que altera os objetivos dos conselhos municipais de segurança.

O Senhor Presidente informou ainda que tinham chegado à Comissão os processos relativos à indigitação de várias personalidades para ocuparem cargos nos conselhos de administração da ANACOM, da ANAC e da AMT, sendo necessário realizar a audição dessas personalidades na Comissão e elaborar relatório quanto a cada audição. Para o efeito, foram agendadas duas reuniões da Comissão, para dia 16 de julho, a partir das 14 horas, e para dia 17 de julho, a partir das 9 horas. Pelo PSD foi indicada a Deputada Carina Oliveira, para elaborar os pareceres relativos à audição das personalidades indigitadas para exercerem cargos na AMT, e pelo PS foi indicado



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 271/XII/ 4.ª SL

o Deputado Rui Paulo Figueiredo para elaborar os pareceres relativos à audição das personalidades indigitadas para exercerem cargos na ANACOM e na ANAC.

Por fim, o Senhor Presidente informou ainda que seria agendada ainda uma reunião da Comissão para o dia 21 de julho, para audição da Associação Sindical da ASAE, do Inspetor-Geral da ASAE e do Presidente do Conselho de Administração da Carris, Metro, Transtejo e Soflusa, e outra para dia 22 de julho.

Finalmente, usou da palavra o Senhor Deputado Gabriel Côrte-Real Goucha (PSD), para informar que o Grupo de Trabalho da Consolidação Legislativa tinha preparado dois textos consolidados em áreas que dizem respeito a esta Comissão (táxis e direitos dos utentes dos serviços de transportes) e solicitava que fosse incluído um ponto na ordem do dia da próxima reunião ordinária para a Comissão tomar conhecimento destas consolidações.

A reunião foi encerrada às 18:50 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 17 de julho de 2015.

O PRESIDENTE

(PEDRO PINTO)



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 271/XII/ 4.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Afonso Oliveira
Altino Bessa
Bruno Dias
Carina Oliveira
Eduardo Teixeira
Fernando Jesus
Fernando Serrasqueiro
Helder Amaral
Hortense Martins
Luís Leite Ramos
Nuno Encarnação
Nuno Filipe Matias
Odete Silva
Paulo Ribeiro de Campos
Pedro Pinto
Rui Paulo Figueiredo
Valter Ribeiro
António Filipe
Bruno Inácio
Carlos São Martinho
Eurídice Pereira
Gabriel Côrte-Real Goucha
Helena Pinto
João Paulo Viegas
João Ramos
Jorge Machado
Maurício Marques
Paulo Cavaleiro
Rita Rato

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Ana Paula Vitorino
Heloísa Apolónia
Luís Vales
Mariana Mortágua
Nuno Serra
Pedro Nuno Santos

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados: